MERITOCRACIA ESCOLAR E EDUCAÇAO PROFISSIONAL: UM ESTUDO SOBRE O PRONATEC

PROFESSIONAL EDUCATION AND THE MERITOCRACY: A SURVEY ON PRONATEC

Keyla de Souza Lima Cruz[1]

Isabel Magda Said Pierre Carneiro[2]

Enéas de Araújo Arrais Neto[3]

RESUMO

Este trabalho analisa até que ponto o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) tem contribuído para ampliar o acesso à educação profissional de jovens e trabalhadores. Para tanto, realizamos uma análise desse programa no contexto atual de expansão da Rede Federal de Educação profissional, problematizando a relação da gestão do programa com o discurso meritocrático de ascensão e sucesso profissional. Inserida numa abordagem qualitativa de pesquisa, o estudo classifica-se como um estudo de caso numa instituição pública federal de educação profissional. Como procedimento de coleta de dados, realizamos entrevistas semiestruturadas com os profissionais gestores do referido programa: o coordenador geral e o coordenador adjunto. Dentre os resultados destacamos o acesso de jovens e trabalhadores à educação profissional por meio dos cursos de formação inicial e continuada (FICõs) e dos cursos técnicos, contudo a pesquisa revela o interesse político atual a nível nacional e local de ofertar cursos FICõs em detrimento dos cursos técnicos integrados. As principais razões apontadas pelos gestores foram: não possuírem uma estrutura de laboratórios e de recursos humanos suficientes para suprir as necessidades dos cursos técnicos, além de sinalizarem que o público-avo deste programa não estaria ãmuito bem preparadoò, ressaltando a existência de altos índices de evasão. Ademais os sujeitos da pesquisa apontaram as dificuldades de acompanhamento dos jovens nos cursos, em decorrência das lacunas educacionais, especialmente, no que diz respeito aos conhecimentos nas áreas de exatas. Apesar das limitações da escola na formação profissional, é inegável o valor do "certificado escolar", que abre as portas para o exercício das funções intelectuais.

Palavras - chave: Educação profissional - meritocracia escolar - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - qualificação profissional.

ABSTRACT

This article develops the analisys of PRONATEC and its intention of enlarging the hole of professional education in Brasil. It covers the context of the IFCe, posing questions such as the discourse of meritocracy. The survey centers in

interwiews and questionairies presented to the administrators of this programme in that institution. The results stress an important point related to the enlarged public access to this programme, and reveal some problems focusing a better integration of the students and courses in the actual structure of IFCe.

Keywords : Professional education ï meritocracy ï qualification - PRONATEC.

1 INTRODUÇÃO

O uso científico da Meritocracia no campo educacional vem sendo utilizado cada vez mais frequente na sociedade brasileira, de modo a vislumbrar a escola como caminho pelo qual é viabilizado ñgualdade de oportunidadesò, garantindo aos mais capazes e aos mais esforçados o acesso às melhores posições.

Entretanto, uma análise mais apurada sobre essa questão nos sugere refletir sobre a utilização da meritocracia escolar considerando a tessitura das relações sociais da sociedade brasileira e o modo como essa terminologia vem sendo utilizada na gerência das políticas educacionais, suscitando novos conceitos de educação e da qualidade dessa educação.

Nesse sentido, torna-se imprescindível tecer algumas considerações breves sobre o entendimento do conceito de Meritocracia, a luz de estudiosos sobre esta questão (VIEIRA et al., 2013; ROSSI, 1978, FREITAS, 2012), de modo a nos permitir olhar a realidade da Educação profissional brasileira, tomando como referência o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

2 MERITOCRACIA ESCOLAR NA SOCIEDADE BRASILEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

O conceito de Meritocracia tem suas bases na ideologia liberal, sendo alvo de discussões e debates de maneira mais intensificada no país, a partir da década de 1970. Nesse bojo, Vieira et al. (2013) destaca a utilização dos referenciais meritocráticos na gerência das políticas educacionais

brasileiras, privilegiando a escolarização dos mais capazes para aprender e dos educadores mais capazes para ensinar.

Em entrevista realizada pela Revista VEJA (outubro de 2009), Paulo Renato Souza, na época secretário da Educação de São Paulo, enfatiza que ñsem meritocracia não haverá avanços na sala de aulaò; para tanto, propõe a criação de um sistema capaz de atrair os melhores alunos para a carreira de professor, proporcionando condições para a efetivação de um ñensino de alto nívelò.

Durante essa entrevista, Paulo Renato Souza, menciona que para atingir um ensino de qualidade, torna-se necessário a aprovação de um plano de carreira para os professores inteiramente baseado na meritocracia. A base argumentativa dessa proposta pauta-se na necessidade de discutir a educação com mais objetividade e menos ideologia, de modo a exibir resultados mais eficientes, sem interferência do sindicato, principal adversário dessa proposta, na época.

O discurso ora empreendido pelo Secretário da Educação, trata de um conceito de Meritocracia eivada por aspectos ideológicos e políticos, com enfoque nas qualidades e realizações individuais, descolada dos aspectos macrossociais da realidade brasileira. Podemos vislumbrar isso no seguinte trecho:

> Planos de carreira são essenciais para tornar essas profissões novamente atraentes de modo que os melhores alunos saídos das Universidades optem por elas [...] O plano de São Paulo não apenas eleva os salários o que é um chamariz por si só, mas faz isso reconhecendo, por meio de avaliações os melhores profissionais. Ou seja esforço e talento serão premiados, um estímulo que a carreira não tinha. A meritocracia consta de qualquer cartilha de gestão moderna, mas é algo bem novo nas escolas brasileiras. (Trecho Entrevista VEJA, em 28/10/2009 com o Secretário Paulo Renato de Souza)

O pensamento acima nos sinaliza para um delineamento da gestão educacional brasileira pautada numa Meritocracia em que o indivíduo tem ñ[...] livre escolha, capaz de ir tão alto quanto sua motivação, desejo e habilidade o levem. Um indivíduo que não alcançou sucesso só tem a si próprio para culpar,

desde que não tirou vantagem dos meios a ele disponíveis.ò (CARNOY, 1975 apud ROSSI, 1978, p. 76).

Nesse contexto, a Educação torna-se foco de discussões na perspectiva de garantir igualdade de condições para aqueles mais esforçados e capazes de superar sua condição social por seus próprios méritos. Este viés ideológico influenciou a forma de gerir as politicas educacionais brasileiras, obtendo importante apoio do Estado e de Organismos Multilaterais, com destaque no Banco Mundial.

Sendo assim, a gestão educacional brasileira passa a ser concebida com o objetivo de proporcionar um novo modelo de gestão, de acordo com as exigências da mundialização da economia e do Banco Mundial, que no contexto dos anos de 1990, divulga a ideia de que a ñjustiça social deverá ser menos ideológica e mais pragmática.ò (BRASIL, 1995 Apud VIEIRA et al., 2013, p. 320).

A entrevista realizada pela Revista VEJA em outubro de 2009 com o secretário da Educação, é um exemplo contundente da forte influencia ideológica dos organismos Internacionais na gestão das políticas educacionais, na perspectiva de garantir resultados mais eficazes e tangíveis por meio de estatísticas. Segue trecho da entrevista:

> O maior problema do Brasil não é a falta de dinheiro, mas como esses recursos são empregados ï em geral de maneira ineficaz. Daria para obter resultados infinitamente superiores apenas fazendo melhor uso das verbas já existentes. Prova disso é que, com orçamento idêntico, algumas escolas públicas oferecem ensino de ótima qualidade e outras, de péssimo nível [...] as boas são comandadas por diretores com uma visão moderna de gestão, coisa raríssima no país [...] quem se sai bem na função de diretor, em geral, é porque tem algo como um dom inato para a chefia. A coisa funciona no improviso (Paulo Renato, secretário da Educação de São Paulo, entrevista revista VEJA, outubro de 2009)

A fala ilustra a exigência de uma gestão moderna pautada no discurso ideológico de que os governos e organismos meritocráticos proporcionam maior justiça que os demais sistemas hierárquicos, uma vez que as distinções não provêm de fatores biológicos, culturais ou econômicos, mas do talento e das virtudes revelados pelo indivíduo. Nesse sentido, o bom

gestor escolar é aquele que apresenta ótima qualidade representada nas estatísticas, independente dos recursos disponibilizados, das condições dignas de trabalho dos professores, ou mesmo do acesso a políticas no âmbito da formação de professores.

O conceito de Meritocracia infere que os indivíduos são tidos como iguais na perspectiva da capacidade de superação das dificuldades para obtenção de sucesso e ascensão profissional, desconsiderando o indivíduo na sua condição de classe social e do contexto de transformações no mundo do trabalho, pautado no ñcapitalismo flexívelò

As mudanças no mundo do trabalho, na atualidade, trazem implicações no próprio significado do trabalho, na medida em que o sucesso profissional antes obtido por meio da carreira na empresa, cede lugar para um trabalho flexibilizado em que as pessoas fazem partes de trabalho, no curso de uma vida.

Neste cenário, a educação profissional torna-se foco de discussões na perspectiva de garantir mão-de-obra qualificada, capaz tanto de ñinvestigar no sentido das inovações tecnológicas, como tomar decisões quanto à aplicação destas ao processo produtivo. Uma função prioritária na sociedade industrial moderna é, portanto, a formação de técnicos com espírito empreendedor.ò(VIEIRA et al. 2013, p. 319).

No contexto atual de expansão da Rede Federal de Educação profissional e tecnológica verificamos o reforço do discurso meritocrático pautado na ascensão social e sucesso profissional por meio do acesso à Educação, desconsiderando o processo histórico da dualidade entre ensino médio e a educação profissional. Este fato propiciou condições para uma formação com bases mais tecnicistas do que baseadas numa formação integral.

Tendo em vista estas considerações, torna-se imprescindível delinear brevemente o tipo de formação profissional brasileira que vem se consolidando no país, tomando como parâmetro de análise o PRONATEC na rede federal de educação profissional e tecnológica.

3 O PRONATEC NO CONTEXTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA

A educação profissional brasileira, tradicionalmente, é voltada para as classes menos favorecidas, sendo essa associação originada no século XIX quando as instituições de formação profissional foram criadas para ñamparar os órfãos e desvalidos da sorteò. Esse caráter assistencialista marca as decisões políticas voltadas para a educação profissional e colabora com a constituição dualista da nossa educação, uma formação geral, propedêutica para as elites e uma formação de mão-de-obra para a maioria da população.

A educação profissional na década de 1990 é marcada por cenário de avanços, conflitos e tensões, em decorrências das reformas educacionais do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Um dos avanços foi à definição de Educação Profissional ñintegrada às diferentes formas de educação, trabalho, à ciência e à tecnologiaò, apta a conduzir o estudante ao ñpermanente desenvolvimento para a vida produtivaò(LDB, nº 9.394/96). Nessa legislação, há um capítulo específico (Capítulo III, artigos 39 a 42) para a Educação Profissional. Esta passa a ser entendida como uma modalidade de ensino no sistema educacional brasileiro, buscando a superação de uma educação voltada para o adestramento e treinamento.

Por outro lado, a histórica problemática da dualidade entre formação geral e formação profissional não ficou resolvida com a LDB/96. No contexto imediatamente posterior à referida lei ter sido sancionada, a separação entre formação científica básica e a formação técnico-profissional foi agravada pelo Decreto nº 2.208/97.

No Governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003- 2010) houve importantes mudanças com relação à educação profissional, com destaque na substituição do Decreto 2.208/97 pelo Decreto nº 5.154/04, permitindo restabelecer o ensino médio integrado. Contudo, apesar dessa possibilidade, também foi possível ofertar o técnico concomitante e o subsequente, garantindo certa flexibilidade na oferta destas modalidades pela Educação profissional.

Ainda no Governo Lula ocorreu a expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, por meio de um conjunto de ações, tais como: garantia de autonomia para criação e implantação de cursos em todos os níveis da educação profissional e tecnológica pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, antigas Escolas Técnicas. Ademais, para a efetivação da expansão da Rede foi revogada a lei nº 8.948/1994, sendo esta substituída pela lei nº 11.249/2005, garantindo a abertura de estabelecimentos de ensino pertencentes à Rede Federal de Educação profissional. Outra ação de destaque no referido Governo foi a criação do Programa Brasil Profissionalizado, instituído pelo Decreto nº 6.303/2007 que incentivou a implantação do ensino médio integrado nas redes estaduais de ensino.

Segundo Santos e Rodrigues (2012), o programa de Expansão da Rede Federal, juntamente com o aumento quantitativo dos Institutos Federais, e a implantação do Programa Brasil Profissionalizado demandou um conjunto de estratégias por parte da Rede Federal de Educação profissional no que tange ao incremento de matrículas ao ensino médio no período de 2006 a 2010. Nessa perspectiva, os referidos autores consideram que

> A Rede Federal de Educação profissional apresentou o incremento, no período 2006 a 2010, de 107% nas matrículas, considerando apenas as ofertas articuladas ao ensino médio, e de 75% no número de estabelecimentos. Se a análise for ampliada, envolvendo todas as redes públicas (federal, estadual e municipal), os resultados demonstram um aumento de 80,97% nas matrículas durante este mesmo período. (P.7).

Mesmo com a elevação de matrículas, a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio ï IBGE/PNAD (2010) mostra que havia, em 2009, 135 milhões de pessoas com 18 anos ou mais; e destas, 101.247.340 não concluíram o ensino médio, o que deixa claro a necessidade de democratização e oferta de ensino para jovens e adultos.

Diante desse cenário, o governo Federal criou o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), instituído em 2011, que visou expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de

Educação Profissional Técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada com qualificação presencial e a distância.

O PRONATEC é constituído de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, como Expansão da Rede de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia; Programa Brasil Profissionalizado; Rede E-Tec-Brasil; gratuidade com os Serviços nacionais de Aprendizagens; Bolsa Formação; Financiamento de Ensino Técnico (FIES Técnico e Empresa). Por este lado, pode ser entendido dentro deste esforço de superar a pulverização e fragmentação das ações. No entanto, algumas críticas têm sido feitas ao programa, como o fato de ofertar cursos concomitantes cujos estudantes estão, preferencialmente, nos 2º e 3º anos das redes públicas de ensino. Dessa maneira, não há como garantir a efetiva articulação entre o ensino médio e os cursos técnicos, consequentemente, à formação integral dos discentes.

Diante do exposto, consideramos que ainda há muitos impasses em torno da educação no Brasil, ora marcada pela separação entre ensino médio e educação profissional, ora marcada pela articulação entre formação geral e formação técnico-profissional. Para além dessa dualidade, ressaltamos os avanços na constituição dessa modalidade de ensino como política pública que visa ao atendimento de diversos segmentos populacionais.

Tendo em vista estas considerações alguns questionamentos se fazem presentes: até que ponto o PRONATEC tem contribuído para ampliar o acesso à educação profissional de jovens e trabalhadores? De que forma é viabilizada esta qualificação? No contexto atual de expansão da Rede Federal de Educação profissional, em que medida a gestão do PRONATEC reproduz o discurso meritocratico de ascensão e sucesso profissional por meio da obtenção do diploma, de modo a habilitá-lo para a obtenção do trabalho?

Para tanto, realizamos uma pesquisa do tipo estudo de caso numa instituição pública federal de educação profissional que teve como objetivo geral analisar até que ponto o PRONATEC tem contribuído para ampliar o acesso à educação profissional de jovens e trabalhadores. Como procedimento de coleta de dados, realizamos entrevistas semiestruturadas com os profissionais gestores do referido programa: o coordenador geral e o coordenador adjunto.

A seguir, apresentaremos o panorama do PRONATEC numa instituição de educação profissional da Rede Federal, tomando como referência informações sobre as contribuições deste programa na formação profissional dos egressos, a partir da visão dos seus gestores.

3.1 O PRONATEC na visão dos gestores

A concepção do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) é conhecida por todos os sujeitos desta pesquisa. Estes ressaltaram que o referido programa busca dar oportunidade aos jovens e trabalhadores, acesso ao ensino técnico e aos cursos de formação inicial e continuada, no intuito de se inserirem no mercado de trabalho.

O coordenador geral do PRONATEC destaca dois aspectos do referido programa: o primeiro trata da busca de superação das lacunas da formação profissional acumuladas historicamente no Brasil, e o segundo diz respeito à inclusão social de pessoas menos favorecidas. Para ele, o contexto histórico que estamos vivendo tem favorecido a implantação desse tipo de política pública:

> A visão que eu tenho do programa que é uma forma que um governo encontrou de fechar algumas lacunas de fomento ou de oportunidade de formação técnica no País, que é importante, a gente tem pouca formação técnica em número quando comparados aos engenheiros... e, principalmente, é uma forma também de inclusão daquelas pessoas que não tinham oportunidade de fazer um curso mesmo que de curta duração, como eles chamam, o curso FIC por questões financeiras ou até mesmo pela falta de oportunidade. Você tinha estrutura, você tinha condição, mas não tinha elementos políticos ou técnicos ou pedagógicos que pudesse acelerar essa formação, oportunizar esse acesso à formação. (Coordenador Geral)

Ao mesmo tempo em que o gestor reconhece que existem lacunas no processo de escolarização dos grupos em condição socioeconômica mais vulnerável (público-alvo deste programa), também percebemos um discurso ideológico pautado na Meritocracia em que ñtendo acabado com os privilégios de sangue e nobreza, o acesso à igualdade de oportunidades por meio da

Educação é garantia suficiente para eliminação de barreiras à mobilidade social.ò(ROSSI, 1978, p.75).

Todavia, não podemos desconsiderar o PRONATEC da conjuntura econômica, social e política do país. Nessa compreensão, o processo de globalização da economia e crise do emprego, implicou na criação de novos códigos que adequassem a educação às tendências produtivas. Isso quer dizer que há a exigência em preparar os jovens para o mundo do trabalho, por meio da aquisição de competências, associadas às noções de empregabilidade e laborabilidade. (RAMOS, 2002).

Nesse âmbito, verificamos o surgimento de uma outra mentalidade em relação ao trabalho, sendo necessário a aquisição de ñcompetênciasò e habilidades no uso das tecnologias (alfabetização tecnológica), naturalização da fragmentação, precarização e intensificação do trabalho, cujo risco e a incerteza passam a ser elementos constituintes explícitos do mundo do trabalho. (PAIVA, 2003)

Apesar da importância dos títulos e diplomas para a inserção profissional, estes não garantem a permanência no mercado de trabalho, sendo necessário adquirir novas competências e atualizá-las constantemente, cabendo ao indivíduo a responsabilidade por sua preparação e adaptabilidade às demandas no mercado de trabalho. Nesse contexto, emergem condições propícias para a proliferação de cursos pautados numa perspectiva de curta duração, que sob a forma aligeirada, compromete a qualidade dessa educação.

Quando perguntamos aos coordenadores se os objetivos do PRONATEC têm sido atingidos, estes disseram que sim, pois um grupo significativo de jovens e trabalhadores tem tido a oportunidade de adquirir uma formação profissional, em especial, os socioeconomicamente menos favorecidos. Sob uma perspectiva do coordenador geral, o referido programa tem possibilitado a expansão da oferta de pessoas melhor qualificadas para o trabalho e contribuído com o processo de inclusão social.

Por outro lado, identificamos que o PRONATEC propõe ñcursos rápidos que formem para o mercado de trabalho, indo de encontro a uma educação profissional integral para o mundo do trabalho e não sujeita às

demandas restritas dos postos de trabalho que são criados e fechados de acordo com os interesses do capital.ò (FRANZOI, SILVA & COSTA, 2013, p.11).

Apesar dessas considerações, os sujeitos da pesquisa apontaram alguns aspectos positivos do referido programa, com destaque na iniciação ao mercado de trabalho, sem apresentar, contudo, resultados cientificamente constatados, de modo a avaliar tanto a inserção dos egressos ao mercado de trabalho, quanto à qualidade desse tipo de formação. Segue trecho da entrevista:

> O programa tem feito essa iniciação no mercado de trabalho. Nós temos que abstrair dos números. [...] Vamos imaginar que dos 30 alunos matriculados restaram 20, esses 20 vamos imaginar 15 foram para o nível superior. Eles foram para o curso superior, melhoraram, cresceram, evoluíram, atingiram o status do programa. É o acesso ao ensino técnico e ao emprego. O emprego pode ser agora, mas pode ser daqui há 1 mês, daqui 1 ano, 2 anos, 3 anos... então se eles foram para universidades, eles tiveram uma oportunidade de ter acesso ao emprego de melhor qualidade e os que foram para o curso técnico conseguiram um emprego da mesma forma. Então eu acho que a gente tem que abstrair desses números. (Coordenador Adjunto)

Conforme os relatos dos coordenadores, podemos afirmar que o PRONATEC tem contribuído para o desenvolvimento, a democratização e a interiorização da Educação Profissional Brasileira, de acordo com as expectativas das novas metas do Plano Nacional de Educação (2001-2010). Por outro lado, cabe destacar que instituição investigada ainda não tem dados precisos que revelem se os estudantes que concluíram seus cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) conseguiram um emprego, há apenas informações dos concludentes dos cursos técnicos, mas de uma maneira informal e não sistemática por meio de uma avaliação de resultados do programa.

Além disso, o coordenador adjunto do PRONATEC sinalizou em sua resposta que o referido programa não tem atendido necessariamente seus propósitos no que diz respeito à formação técnica, tendo em vista que os cursos FIC´s têm sido a principal vertente, como podemos observar no seguinte depoimento:

> O próprio perfil é um diferencial. Como política pública o governo decidiu para colocar um número maior de pessoas que no processo seletivo normal eles não teriam condições de ter esse acesso. No meu ponto de vista e é até uma crítica que nesse momento [...]. a gente percebe que há um certo distanciamento na própria definição do programa que é o acesso ao ensino técnico, a gente percebe que por uma série de circunstâncias ele tem se encaminhado muito mais para oferta de cursos de qualificação profissional rápida e tem abandonado um pouco essa vertente do ensino técnico. Se a gente pegar os números atuais do Brasil a gente vai perceber que o ensino técnico e o emprego não necessariamente ele tenha surtido grande efeito. (Coordenador Adjunto).

A fala ilustra dois aspectos importantes a serem ressaltados: primeiramente, o público-alvo do tipo ñdiferenciadoò, o que pode ter contribuido em ações governamentais pautadas na oferta de cursos de natureza aligeirada (FICôs) visando qualificar trabalhadores para atender as demandas do mercado de trabalho. Outros aspectos dizem respeito à qualidade desses cursos, uma vez que a aquisição do diploma não implica na obtenção do emprego.

Ressaltamos que esse público, na visão dos gestores, ingressa no PRONATEC com lacunas da Educação Básica, sobretudo, nas áreas de Português e Matemática, dificultando a finalização do curso, uma vez que muitos desistem, necessitando, assim, da realização de ações para superação das situações de reprovação e da evasão.

Diante desse cenário, alguns estudiosos (KERN E SCHUMANN, 1984; PAIVA, 1999) apontam para o fim tendencial da divisão do trabalho, ñna medida em que o trabalho intelectual acopla-se de forma cada vez mais visível com o trabalho manualò (CHINELLI & DURÃO, 1999). Isso significa novas exigências direcionadas para o conhecimento de novos conteúdos de trabalho, pautados na produção e gestão de comunicações e controle dos sistemas de informação. Essas tendências requerem um profissional qualificado e que domine estes novos conteúdos, implicando na manipulação de signos, símbolos e códigos.

Diante desse cenário, os resultados desta pesquisa sinalizam para uma sistematização na oferta de cursos rápidos por meio dos FICôs, uma vez que estes não pressupõem a existência de uma infraestrutura de laboratórios comparados com os cursos técnicos. Uma das razões para a escolha dos

cursos FIC´s, na opinião do coordenador geral está relacionadas às questões de infraestrutura e a solicitação dos demandantes:

> Na pactuação passada nós ofertamos mais técnico do que FIC porque nós tínhamos laboratório e salas à disposição. Como esses cursos técnicos demoram mais tempo, os laboratórios hoje não estão mais à disposição estão eles estariam disponíveis para cursos de curta duração que é o que nós estamos ofertando hoje. (Coordenador Geral)

A oferta de cursos FICôs torna-se mais ñinteressanteò, pois não requer a existência de infra-estrutura de laboratórios e recursos humanos, comparados aos dos cursos técnicos, contudo até que ponto os cursos dessa natureza contribuem para uma formação de qualidade?

Apesar da problemática levantada e das críticas de estudiosos que apontam o PRONATEC como uma política pública que atende aos interesses do Capital, os gestores que participaram desta pesquisa sinalizaram uma preocupação em ofertar cursos técnicos de qualidade:

> Essa situação de poder oportunizar e trazer o programa para dentro do instituto, como algo que é parceiro do ensino regular. Esse objetivo a gente tem cumprido. A gente já abriu mão de ampliar o nosso quantitativo de oferta para ver se mantém a mesma qualidade do ensino regular dentro de um programa que tem um outro perfil de beneficiário. (Coordenador Adjunto).

Apesar das iniciativas de viabilizar uma formação de qualidade aos jovens por meio desse Programa, foram apontados pelo coordenador geral aspectos dificultadores com destaque no forte investimento do dinheiro público nas escolas particulares e nas empresas, para oferta de cursos técnicos e FICc´s.

A transferência de verbas públicas para a iniciativa privada é uma questão construída historicamente na educação profissional brasileira e possui intima correlação com os princípios meritocráticos. Segundo Freitas (2012), a lógica da gestão e adição de tecnologia, características próprias da gerência empresarial, foi transferida para a educação. Essa forma de pensar a Educação foi discutida por Saviani (1986) por meio da ñpedagogia tecnicistaò.

Na atualidade, o tecnicismo se reveste sob a forma de um neotecnicismo que se estrutura em torno de três categorias interacionadas:

responsabilização, meritocracia e privatização. Nesse sentido, a Meritocracia é uma categoria que perpassa a responsabilização e está relacionada com a proposta liberal de igualdade de oportunidades por meio da Educação, cujo resultado depende do esforço individual e do mérito de cada um. Para este autor, tanto a responsabilização quanto a meritocracia ñvisam criar a ambiência para ampliar a privatização do sistema público de Educaçãoò (FREITAS, 2012, p. 386).

Nesse bojo, a concessão de ñbolsasò (governamentais) permitindo aos alunos estudarem nas escolas privadas, é o caso do PRONATEC e do programa Universidade para todos ï PROUNI é uma modalidade de privatização, contribuindo para a desresponsabilização do Estado na gerência da educação pública.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado teve como objetivo analisar até que ponto o PRONATEC tem contribuído para ampliar o acesso à educação profissional de jovens e trabalhadores. Para tanto, realizamos uma análise desse programa no contexto atual de expansão da Rede Federal de Educação profissional, problematizando a relação da gestão do PRONATEC com o discurso meritocrático de ascensão e sucesso profissional por meio da obtenção do diploma, de modo a habilitá-lo para a obtenção do trabalho.

De modo geral, percebemos que o referido programa tem proporcionado por meio dos cursos técnicos e de formação inicial e continuada o acesso de jovens e trabalhadores à educação profissional, contudo os resultados indicam dificuldades na conclusão dos cursos pelo estudante. As principais razões apontadas pelos gestores foram: lacunas na Educação Básica na área de Português, Matemática e Química; falta de hábito de estudo; comodismo dos estudantes; dificuldade dos discentes de se adaptarem a um novo ambiente institucional, diferente da escola pública, dentre outros.

Essas impressões são desprovidas de uma prévia avaliação e/ou monitoramento dos egressos do PRONATEC, mas advindas das impressões cotidianas dos gestores. Ademais, essas questões estão eivadas do discurso

ideológico meritocrático de que são dadas condições de oportunidade por meio da Educação, estando o sucesso atrelado ao mérito e /ou capacidades individuais, descaracterizando o indivíduo da sua condição social, política e econômica.

Esse cenário traz a tona a discussão da qualidade dos cursos oferecidos pelo PRONATEC, tendo em vista que os dados revelam que o interesse político atual a nível nacional e local é de ofertar cursos FICõs em detrimento dos cursos técnicos integrados. As principais razões apontadas foram: não possuírem uma estrutura de laboratórios e de recursos humanos suficientes para suprir as necessidades dos cursos técnicos, além de sinalizarem que o público-avo deste programa não estão ñmuito bem preparadosò para os cursos técnicos, ressaltando a existência de altos índices de evasão.

Por outro lado, os gestores afirmam que as dificuldades de acompanhamento dos jovens nos cursos se devem as lacunas educacionais, especialmente no que diz respeito aos conhecimentos nas áreas de exatas. Todavia, descontextualizar o indivíduo desses condicionantes é permitir a prevalência de uma visão de gestão pautado na meritocracia, em que dadas às condições de oportunidade por meio de uma educação, muitas vezes aligeirada, o indivíduo obterá sua inserção no mercado de trabalho ou mesmo sucesso profissional e/ou status social.

Ressaltamos ainda que o programa carece de um acompanhamento dos egressos, pois no caso dos cursos FIC´s a instituição não dispõe de dados que comprovem que os concludentes desses cursos atingiram suas expectativas em termos de se (re) inserir no mercado de trabalho.

Diante das dificuldades históricas da educação profissional no Brasil, ainda comungamos com a idéia de Kuenzer (1991) de que, embora, o saber científico e tecnológico seja produzido no interior das relações de produção capitalista, cabe à escola, a distribuição desse saber, reconhecendo, seus limites da formação profissional. Essas questões levam em consideração o contexto de desigualdade, inerente a sociedade capitalista, acarretando numa distribuição desigual do saber e da qualidade do saber reproduzido.

Contudo, não podemos deixar de considerar que é inegável o valor do "certificado escolar", na medida em que abre as portas para o exercício das funções intelectuais. A escola também é um espaço de contradições na perspectiva de também propiciar condições para o debate e a formação humana. Para tanto, torna-se imprescindível pensar numa pedagogia escolar que priorize qualificar a educação básica, por meio do acesso a uma educação pública e universal, sem interferências ou interesses das instituições privadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra em domicílios**, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf. Acessado em 15 jul. 2013.

CHINELLI, Filippina; DURÃO, Anna Violeta. Novos Conteúdos, nova forma e nova cultura do trabalho. **O Mundo em Mudança: Virando o Milênio,** Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p.99-105, jul. 1999. Semestral.

FRANZOI, N.L.; SILVA,C.O.B.; COSTA, S. de C.D. **Proeja e Pronatec**: a dança dos atores entre a formulação e a implementação de políticas governamentais. Disponível emhttp://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/NairaLisboaFranzoiComunicacaoOral-int.pdf . Acesso em 26/05/2014.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores Empresariais da Educação: Da desmoralização do magistério à destruição do Sistema público de Educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 119, n. 33, p.379-404, jun. 2012. Semanal. Disponível em: <http://.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 13 jun. 2014.

KUENZER, A. Z. **Educação e Trabalho no Brasil:** O Estado da Questão. 2. ed. Brasilia: Reduc, 1991. 125 p.

Kern, Horst & Michael Schumann (1984) **Das Ende der Arbeitsteilung**? Rationalisierung in der industriellen Produktion (Munique: Verlag C. H.Beck).

PAIVA, Vanilda; CALHEIROS, Vera; POTENGY, Giselia. Trabalho e estratégias formativas: um exemplo empírico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 120, p.111-128, nov. 2003. Semanal. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 05 abr. 2014.

_____. O Mundo em Mudança: deslocamento temático no final do século e convivência com a incerteza. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p.18-48, jul. 1999. Semestral.

ROSSI, W. G. **Capitalismo e educação**: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. São Paulo: Moraes, 1978.

RAMOS, M. N. A Educação Profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Educação e Sociedade,** Campinas, p.401-422, 2002. Disponível em < http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em abril de 2011.

SANTOS, M.I.; RODRIGUES, R.O. Relações entre o público e o privado na educação profissional e tecnológica: alguns elementos para a análise do programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC). **Tear:** Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, Canoas, v.1, n.2, 2012.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez ed.; Autores Associados, 1986.

SOUZA, P. R. **Contra o corporativismo.** Entrevista Revista Veja. Edição 2136, ano 42, nº 43, 28/10/2009, p. 19-23.

VIEIRA, C. M. *et al*. Reflexões sobre a Meritocracia Brasileira. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v 21, n. cps, p.316-334, jun. 2013. Semestral. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acesso em: 13 jun. 2014.

---

[1]Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC); pesquisadora do Laboratório de estudos do trabalho e qualificação profissional (LABOR) e Mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará.

[2] Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

[3] Pós-Doutorado em Filosofia da Arte e Subjetividade pela Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales; Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará; professor concursado da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Coordenador do Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional (LABOR).

RECEBIDO EM: agosto/2014

APROVADO EM: setembro/2014